

Direitos Sociais e Políticas Públicas: gestão compartilhada e poder local

Tiago Guerra, Mauro Luís Boschetti, Ricardo Zaiden, Thiago Araújo Guedes (Voluntários – PIC/FSG), Ms. Cristina Lazzarotto Fortes (orientadora) - tiagoquerranet@hotmail.com

Estudar a sociedade hodierna em uma perspectiva local foi a que se propuseram quatro estudantes e uma professora do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha. Para tanto, dentro do tema geral, políticas públicas, cada integrante do grupo propôs-se a explorar a especificidade de um microcosmo responsável pela garantia de um direito social, através das políticas públicas, verificando as demandas sociais municipais e a resposta que o Poder Público local lhe oferece. As áreas individuais são: Criança e Adolescente, Educação, Idoso, Saúde e Segurança Pública. De início, a abordagem pautou-se basicamente em discussões acerca dos temas supra-referidos, aliada aos estudos sobre os autores e temáticas das discussões. Tendo isso, passou-se ao desenvolvimento dos trabalhos individuais, caracterizados por um levantamento teórico específico aliado à pesquisa empírica. Deste confronto de pontos surgirão os primeiros resultados, traduzidos de forma hipotético-dedutiva em artigos. Em se tratando de resultados, pode-se apresentar a confecção de um artigo, a fim de organizar os principais pontos levantados por cada integrante de forma sintética e objetiva e, com isso, proporcionar visão um tanto mais clara acerca das questões abordadas. Com isso, tem-se uma visão acerca da questão “cidadania” contrária à visão clássica governamental, sendo que a cidadania esta mais ligada à visão fraterna do direito, analisada sob a ótica de Eligio Resta. Sobre o ponto “políticas públicas”, tem-se a convicção de que estas devem servir de meio para a garantia da verdadeira cidadania, qual seja a cidadania fraterno-humanista”. Sobre “gestão compartilhada”, compartilha-se da visão dada pelo direito fraterno, qual seja, de que ela é tão importante quanto à atuação do Poder Público. Por fim, na questão “direitos sociais e gestão compartilhada”, defende-se que estes devem ser vistos sob a ótica do neoconstitucionalismo de Hesse, ou seja, de que os direitos previstos na constituição não podem ser pontos meramente programáticos tanto para o Poder Público quanto para os setores privados, aqui tendo uma visão que corrobora com Luiz Edson Fachin. Na parte prática das pesquisas ainda não dispõe-se de amplos resultados, visto que estes estudos estão em fase de desenvolvimento, o que impede, no momento, a apresentação de conclusões acerca desta parte da construção.

Palavras-chave: direitos sociais, políticas públicas, cidadania.

Apoio: Programa de Iniciação Científica da Faculdade da Serra Gaúcha.